

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e quinze, nas dependências do Centro de Referência em Educação, localizado a rua Artur Caldini, número duzentos e onze, Jd. Saira, na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, realizou-se a reunião dos Orientadores Pedagógicos das 13h30min às 17h00, presidida pela professora Patrícia Romão, com a presença dos orientadores pedagógicos em lista anexada a esta.

Contribuições para o Plano Municipal da Primeira Infância

EDUCAÇÃO INFANTIL

Ação 3: Sobre a formação continuada em serviço dos profissionais de educação infantil, na meta, garante 1/5 da carga horária do professor para atividades de planejamento e estudos, gerou diversas dúvidas, pois não corresponde a carga horária prevista na Lei do Piso; outra dúvida sobre essa ação finalista: por que o Conselho Municipal de Educação é responsável pela formação? Quais ações serão planejadas e desenvolvidas?

Ação 4: O Centro de Referência não atende à demanda, nem os postos de saúde, como garantir cem por cento de atendimento? A redação diz garantir a formação de professores que trabalham com inclusão. O questionamento que o texto se refere é só a formação do professor? E a dos auxiliares? E da equipe gestora? O que é permitido trabalhar na formação dos auxiliares? Vai ser criada uma equipe multidisciplinar em número proporcional a quantidade de matrículas? Onde? Quantas equipes? Haverá setorização? Qual a função desta equipe? Quem vai atuar e como irá atuar essa equipe? Quem será responsável: a saúde ou o centro de referência? Lembrando que a equipe do Centro de Referência não pode atuar, sendo assim, como garantir o atendimento às crianças? Por fim a consideração sobre o tempo, dez anos é um prazo muito longo para efetivação da ação; precisa ser revisto;

Ação 5: Sobre os estabelecimentos da educação infantil com acessibilidade: Como vai ser a adequação de espaço? Baseado em que? No MEC?;

Ação 6 : refere-se à distribuição de livros, jogos e brinquedos. Os questionamentos foram: quem fará a escolha e a seleção destes materiais? Os orientadores comentaram que existia ou existe uma comissão de estudos e que inclusive já pontuaram os materiais necessários, no entanto, foi reprovado por diversos motivos, mas que seria de extrema importância retomar essa ação, inclusive a participação no processo das licitações;

Sobre as Recomendações: foi questionado como será feita a inclusão do profissional do Arte Educador, de Psicomotricidade e de Educação Física? Será viabilizado por meio de concurso público, pela consolidação das leis do trabalho (CLT) ou de outra forma? (o coletivo de Orientadores enfatiza a necessidade do acesso ser por concurso público) Por que só essas áreas estão previstas?. Sobre a contratação dos cuidadores: serão terceirizados? Contratados? O grupo salientou a importância de realizar concurso público para esse fim, para que se possa garantir que estes profissionais sejam adequadamente formados para exercer essa função. Outra discussão e crítica foi sobre o Centro de Referência de Educação Infantil, pois não existe a necessidade de mais um espaço com essa dimensão que não funcione como realmente deveria. Qual a proposta para tal? O grupo opinou para que exclua essa proposta e que a Prefeitura invista no Centro de Referência existente.

Assistência Social às Crianças e Famílias:

Aumentar o número de profissionais da equipe da saúde, deve-se manter a parceria com convênios e retomar outras que foram perdidas. Alguns exemplos foram dados como o CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial de Sorocaba, não dá conta de atender a demanda, bem como outras Associações. A tabela Objetivos e Metas, no item: Fortalecer a rede de atendimento – alcançar (0%) zero por cento, aparece assim no texto de forma confusa, rever esse item. Acrescentar , sinalizar, a exemplos de guarda-mirim, estagiários, entre outros e vincular a presença da escola, esta sugestão diz respeito a inclusão aos programas de atendimento;

Atendendo à diversidade : falta de discussão histórica e social referente à questão étnica; na questão de gênero não é problematizada a identidade de gênero, fala-se apenas em homem e mulher, não é discutido sobre o homossexual, transexual e outros, deve ser discutido e falado sobre a liberdade do indivíduo sobre sua condição sexual; e, por fim, sobre deficiência: qual o atendimento? Faltam dados. Sobre Objetivos e Metas: deve dar ênfase na formação, mas a pergunta é “quem desenvolverá as formações”? Sobre a decoração o apontamento foi que essa ação não garante um trabalho de respeito à diversidade. A proposta é excluir do texto. A tabela de Objetivos e Metas, sobre divulgar para os profissionais da saúde as fragilidades dos negros, indígenas e com deficiências, o apontamento foi: precisa-se de maior referência, não sabemos se isso acontece mesmo, qual o significado de fragilidade neste texto? Ainda sobre diversidade foram feitos alguns apontamentos pelos colegas inclusive por uma colega que é especialista no assunto: deve deixar claro sobre que tipo de gênero está se falando? Qual a concepção teórica que iremos seguir? Qual os apontamentos necessários? Falta formação dos profissionais que trabalham com os educandos. A preocupação é qual a linha de pensamento? A linha médica que ‘medicaliza’ desde a primeira infância ou a linha de construção e respeito? Porque os preconceitos estão arraigados na sociedade, assim como a questão da violência sobre a minoria, neste sentido precisa ter formação para os profissionais. Discorreu sobre a Teoria Queer e colocou que muitas vezes dentro da escola ainda os profissionais rotulam as crianças e reforçam a diferença de gênero. No texto diz que é gênero é um algo construído socialmente, contudo é também historicamente, no texto também aparece que a relação é estabelecida entre homem e mulher, porém a colega pontua que não é só entre homem e mulher!

Violências: o apontamento foi que deve-se mudar a redação do texto, pois há diferentes tipos de violência; acrescentar que há, também, a negligência, muitas vezes por parte do Poder Público, quando não oferece condições adequadas aos alunos; inserir violência midiática, que é a problematização sobre a televisão, mídia e todos os equipamentos tecnológicos que a criança tem acesso hoje em dia. O trabalho infantil também é uma violência, as crianças hoje estão sendo cuidadas por crianças. Outra sugestão é que as crianças ao nascer já tenham registro geral (R.G) que seja obrigatório, por conta de sequestros e outras violências. Há também necessidade de formação para os profissionais sobre este tema Violência, e estabelecer parcerias com a Secretaria da Educação, Conselho Tutelar, outras secretarias e diferentes órgãos, para que estes saibam como proceder a certas situações que ocorrem nas escolas. Sobre Rede de proteção: Como será a escuta de crianças? Quem será responsável? A escola? De que forma? Quando? É o papel do professor? Especificar essas questões; outros questionamentos: essa função não é da gestão escolar, nem do orientador pedagógico e sim da assistência social, porque esta sabe a quem deve encaminhar essa questão. A escola

identifica quando a criança está sofrendo, porém, a escola não consegue ajudá-la, e se deixar como está no texto, corre-se o risco de a escola ser cobrada sem poder resolver e atender a criança que realmente necessita;

Os temas: O Direito de Brincar e Saúde e Mortalidade Infantil não foram discutidos (os grupos não estavam presentes)

Articulações das Redes de Garantia :a Rede de Proteção não contempla os diferentes movimentos e fóruns que problematizam a educação. Não especifica quais órgãos públicos fazem parte. Proposição: (Página setenta e oito) especificar quais são os outros meios de que se trata o primeiro parágrafo do texto, este outro meio em patamar de desigualdade com a Lei, seriam decretos, orientações do Conselho Municipal de Educação (CME) ou Diretrizes? Manter a escrita de que trata da interação entre os diversos profissionais. Deve-se no segundo parágrafo incluir: o Plano Municipal de Educação, o Fórum Popular, o Fórum Regional de Educação Infantil, Ministério Público, Delegacia, outros órgãos e associações podem ser parceiros, ajudar em dados e outros. Especificar os órgãos públicos e indicar quais secretarias estão envolvidas e o foco de atendimento/responsabilidades de cada pasta citada e sinalizar como ocorrerá a articulação Intersetorial. No terceiro parágrafo foi pontuado a necessidade de especificar os órgãos, setores e os profissionais que serão responsáveis diretamente pelo atendimento a família e comunidade, bem como as suas ações de trabalho. Sobre o quarto parágrafo, a seguinte pontuação: há necessidade de informar quais ou quem são os responsáveis pela formação continuada dos profissionais que trabalham direta ou indiretamente com as crianças de 0 a 6 anos. Retirar do texto o termo: a criança pequena, a proposta é inserir: a criança de 0 a 6 anos (rever essa questão no documento todo). Incluir: fóruns, pastorais, associações, entre as instituições citadas. Outra pontuação, também neste parágrafo, sobre a Formação Continuada: o parágrafo inicia falando de formação continuada, porém finaliza com objetivos que não estão em consonância com o tipo de formação citada, pois a formação continuada deve conter pressupostos teóricos claros, diretos e linha de estudo permanente. A formação continuada não tem seu foco apenas em informação e denúncia, mas sim em contribuir para a melhoria, qualidade dos serviços prestados à criança, a família, a comunidade, preparar o profissional, garantir o direito da criança e formular ações preventivas. Há necessidade de esclarecer também quem subsidiará o SIPIA? Onde e como funcionará? Quem implantará? Haverá dados disponíveis on line para compartilhamento intersetorial da rede de garantias? Identificar o prazo para implantação/utilização do sistema em todo o município. Sobre os objetivos: especificar as formações. Qual a atribuição dos profissionais citados? Incluir ações preventivas no conjunto de atribuições dos profissionais citados neste parágrafo. Sobre metodologia: incluir um quadro informativo com colunas para melhor visualização, contendo tipo de denúncia, tipo de violência cometida contra a criança (se é sexual, psicológica e outras), como e para quem denunciar? Incluir, também, ações preventivas necessárias para garantir a infância saudável da criança. Garantir que as capacitações sejam a partir da demanda intersetorial do coletivo, por meio de consulta aos setores envolvidos.

O papel dos Meios de Comunicação o texto como se apresenta é muito superficial quanto ao Consumismo Infantil; faltam dados e, também, uma contextualização mais profunda neste assunto. Qual a proposta da Prefeitura Municipal quanto a isso? Sobre as estratégias

apresentadas: Semana do Bebê, Semana Mundial do brincar e outras, houve questionamentos: é para todos? Todos conseguem ir? E os pais? Só ofertar é suficiente? Salientamos que a Primeira Infância é de suma importância para todos, que palestras e outros eventos deveriam ir até a comunidade, combatendo, por exemplo, o consumismo no universo infantil.

Sugestões final :Padronização do documento utilizando as normas da ABNT.